

**Sempre outro, mas não qualquer um: o sujeito entre o
querer e o poder dizer das Análises de Discurso
materialista e dialógica**

**Always another, but not anyone: the subject between the
will and the power to say of the materialistic and
dialogical Discourse Analysis**

Aline Milena Borges da Silva Dias¹

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar como a Análise do Discurso (AD) materialista e dialógica entendem a ideia de liberdade do sujeito-falante na produção do seu dizer. Para tanto, realiza uma incursão por obras-chaves de cada corrente, fundamentando-se principalmente em Pêcheux (1995; 2008), Henry (2013), Volóchinov (2017), Bakhtin (2020) e Sobral (2009). Constata-se que a perspectiva materialista concebe um sujeito de linguagem cuja liberdade é, em última análise, ilusória, já que efeito da ideologia no nível social e do inconsciente no nível psíquico. A perspectiva dialógica, por seu turno, aponta para uma compreensão de sujeito concreto, definido no instante da enunciação, duplamente responsivo e responsável.

PALAVRAS-CHAVE: sujeito; discurso; materialista; dialógica.

ABSTRACT: This paper aims to analyze how the Discourse Analysis (AD) materialist and dialogical understand the idea of freedom of the subject-speaker in the production of his saying. To this end, it conducts an incursion into key works of each chain, based mainly on Pêcheux (1995; 2008), Henry (2013), Volóchinov (2017), Bakhtin (2020) and Sobral (2009). It is noted that the materialistic perspective conceives a subject of language whose freedom is ultimately illusory, since the effect of ideology on the social level and the unconscious on the psychic level. . The dialogical perspective, in turn, points to an understanding of a concrete subject, defined at the moment of enunciation, doubly responsive and responsible.

KEYWORDS: subject; discourse; materialist; dialogic.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bolsista CAPES. E-mail: aline.borgessilva@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0874-1172>.

1 Pressupostos da concepção de sujeito em Pêcheux e Bakhtin

Mais expressivamente na década de 1960, em clara interface ao empreendimento saussuriano de fundação de uma ciência linguística, desenvolveram-se pesquisas que tinham como aspecto comum a abordagem do elemento individual no estudo da língua. Desde então, tal elemento vem recebendo diferentes denominações, conforme o tratamento específico de cada vertente teórica, como falante, produtor, locutor, emissor, enunciador e seus respectivos correspondentes (ouvinte, leitor, alocutário, receptor, destinatário). Compreendida nesse enquadre, a Análise do Discurso (AD), originada com os trabalhos de Michel Pêcheux em 1969, concebe uma noção particular de sujeito, por meio do entrelaçamento de traços do sujeito psicanalítico e traços do sujeito do materialismo histórico (GRIGOLETTO; PIVETTA, 2011).

A noção de sujeito para a AD materialista – como também é conhecida a corrente inaugural do campo de estudos do discurso acima referida – se fundamenta no aparente paradoxo de se propor uma subjetividade não subjetiva, isto é, uma subjetividade não centrada no indivíduo plenamente consciente de suas motivações e propósitos (INDURSKY, 2008). Logo, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux desenvolve a noção de forma-sujeito, desdobrada por sua vez em posições-sujeito, para se referir ao processo de interpelação-identificação que cria as evidências constitutivas do saber universal sobre os indivíduos, articulando-a à noção de formação discursiva (FD). Sobre esta, afirma constituir-se sócio-historicamente “sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), pontuando também que a formação discursiva é o meio pelo qual todo sujeito reconhece a si e aos outros sujeitos – meio diretamente vinculado ao funcionamento das formações ideológicas.

Ainda ecoa, nesse espaço, a discussão sobre a não transparência da linguagem, do texto e do(s) sentido(s). Da língua porque é pensada fora das dicotomias, passando de estrutura fechada em si mesma para estrutura sujeita a falhas (ORLANDI, 2003); do texto enquanto uma peça material do discurso, um estado determinado desse; do(s) sentido(s) porque, caminhando lado a lado com

o sujeito, é da ordem do produzido, da não-evidência. A ideia de evidência dos sentidos é resultante da filiação do discurso à formação discursiva, a qual produz a percepção de que os sentidos estão “colados” nas palavras.

Já no corpo teórico que no Brasil veio a nomear-se como Análise Dialógica do Discurso (ADD), não há um trabalho de reflexão sobre a categoria em apreço, talvez em razão de Bakhtin e seu círculo buscarem englobar os agentes em ação interconstitutiva, o que os leva, segundo Grillo (2006, p. 123), a não construir uma teoria do sujeito, “mas preferencialmente relações entre interlocutores, que estão na base da formação da identidade pessoal sempre em reconfiguração.” A pesquisa na obra recentemente lançada, *Diálogos em verbetes: noções e conceitos da teoria dialógica da linguagem* (2022), organizada pelas professoras Sônia Pereira e Siane Rodrigues, permite constatar isso.

A entrada “sujeito” não consta em nenhum dos 26 conceitos abordados, e dentre eles apenas dois tratam fundamentalmente da dimensão individual – estilo e entonação. Voltando o olhar para os trabalhos do grupo, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL), por exemplo, fala-se recorrentemente em “sujeito falante”, mas esse não toma a forma de um construto teórico para compreender a real natureza da comunicação verbal, objetivo para o qual a obra se propõe. Outro termo produtivo é “consciência individual” ou “consciência subjetiva do locutor”, o qual parece ser motivado pelo confronto estabelecido no estudo com as orientações filosófico-linguísticas do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista.

Semelhantemente, a definição da consciência como um fato sócio-ideológico (VOLÓCHINOV, 2017), dada logo inicialmente em MFL, não deixa margens para uma interpretação de sujeito como posição autônoma, livre de determinações sociais, uma linha de entendimento próxima à vertente materialista do discurso. Por outro lado, há diferenças inegáveis entre as duas teorias. O sujeito dialógico é aquele que está no mundo, não apenas aquele no qual o mundo está e, dessa maneira, é capaz de alterar esse mundo ao vivenciar um processo único, ímpar e singular (SOBRAL, 2009). Para além dessa condição ética universal, no nível linguístico, qualquer enunciado pode refletir o estilo individual, uns mais outros menos, a depender do gênero discursivo (BAKHTIN, 1997). Assim, uma leitura adequada de sujeito para ADD deve considerar um

componente veementemente negado nos estudos materialistas do discurso, a intencionalidade, prevista (embora não obrigatória) na construção do enunciado, especialmente no literário. Ao invés de assujeitamento, há, sob o peso de um dever ser/agir, responsabilização – o indivíduo está implicado em seu dizer, não de maneira abstrata, mas ontologicamente.

Por outro lado, a noção de assujeitamento da visão materialista do discurso exige um olhar mais atento, na medida em que não implica exatamente uma desresponsabilização daquele que enuncia. Tal perspectiva não desconsidera o ser no mundo (o indivíduo concreto), como se pode entrever nas teses de Althusser (1999, p. 210) de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” e de que “toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos”. Portanto, ao lado do indivíduo no mundo em sua relação com a linguagem, há o sujeito como posição no discurso. Segundo o autor, o primeiro está ininterruptamente praticando os rituais de reconhecimento ideológico pelo qual assegura-se como sujeito concreto, individual, inconfundível e naturalmente insubstituível.

Semelhantemente, MFL faz menção a interlocutores, tema, situação e enunciado *concretos*, apontando já indícios da distinção mantida com a teoria materialista do discurso quanto ao papel do indivíduo empírico. Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (1997) se atém à discussão da autoria, desmembrando o conceito em dois para diferenciar o autor-criador do autor-pessoa, ao mesmo tempo unindo-os numa espécie de dependência. Com isso, o filósofo aponta para um entendimento do sujeito que vai além de uma realidade discursiva-ficcional, pois o escopo ético-cognitivo do homem em seu viver no mundo, situado, interfere no processo criativo, constituindo um elemento em relação ao qual o acabamento estético recebe seu peso de valores. Nas palavras do próprio autor, “o acontecimento artístico conta com dois participantes: um é passivo-real, o outro é ativo (o autor-contemplador); se um dos participantes desaparece, o acontecimento artístico se desfaz [...]” (p. 214).

Esse breve panorama permite colocar a questão de pesquisa: em que medidas as perspectivas materialista e dialógica do discurso permitem pensar numa autonomia do sujeito na produção de seu dizer? Tal problema se coloca pela compreensão de que as duas teorias, embora partam de pressupostos consideravelmente distintos, trabalham a seu modo com um sujeito constituído

no interior do complexo das relações sociais, sem, no entanto, negar o movimento de desestabilização dos sentidos pré-determinados em prol do acontecimento, do evento instaurador de uma diferença significativa.

Logo, a incursão por esses domínios de conhecimento tal como proposta no recorte específico deste estudo mostra-se relevante por apontar, na primeira vertente, como o descentramento do sujeito efetuado sob a regulação do par ideologia e consciente vincula-se a brechas relativas aos modos de esse sujeito se relacionar com os saberes estruturados de uma formação discursiva, considerando a ressignificação feita pela AD materialista acerca do conceito de estrutura; da mesma maneira, na segunda vertente, esclarecer a interpretação que Bakhtin e o Círculo fazem do individual, ou, como tem-se colocado, do sujeito no quadro das relações dialógicas como realidade fundamental da linguagem.

Em suma, o trabalho investiga a ambivalência, nas duas vertentes de estudo enfocadas, de se pensar sujeitos que, sob o signo da repetição, revelam-se outros, mas sem desprender-se da rede de discursos que torna possível e dá abertura a essa mudança – produtora do diferente no mesmo. Nesse ponto, cabe esclarecer que o estudo se inscreve na Análise Dialógica do Discurso e, a partir de tal lugar, realiza a consideração sobre o funcionamento do sujeito em uma e outra vertente teórica.

Logo, o objetivo geral da pesquisa é analisar a compreensão da ideia de liberdade do sujeito-falante na produção do seu dizer pela AD materialista e dialógica. Nesse contexto, são objetivos específicos do trabalho: i) apresentar as especificidades das duas vertentes, sobretudo a partir da oposição conceitual sujeito discursivo x sujeito concreto; ii) entender como nelas se concebe a relação entre sujeito e sentido.

Para atender a tais propósitos, realizou-se a leitura de obras de cada teoria em que a discussão sobre o sujeito ocupa espaço mais significativo – algumas já citadas – ou, no caso da vertente dialógica, em que se identificam as bases mediante as quais os intérpretes das obras do Círculo de Bakhtin têm chegado ao entendimento de uma visão particular nesse sentido. Assim, tanto o tratamento detido de uma das perspectivas quanto a relação estabelecida entre ambas neste espaço serão conduzidos de modo a evidenciar a legitimidade da diferenciação das abordagens dentro do campo do discurso.

O estudo está dividido em três seções. As duas primeiras discutem, respectiva e especificamente, o tratamento de questões centrais para a AD materialista e dialógica a propósito do tema abordado. A terceira estabelece uma intersecção entre as duas vertentes teóricas, com vistas a observar as possíveis intersecções quanto a tópicos de comum interesse e os distanciamentos revelados em seu tratamento. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências.

2 Já-lá, ainda-aqui: o movimento incessante e contraditório do sujeito da Análise do Discurso materialista

A trajetória da noção de sujeito na AD, de maneira geral, compreende primariamente o olhar para o atravessamento da história nos processos discursivos. Para tal campo de estudo, o lugar do sujeito-falante remete não a uma unidade ou a um centro isolado de valor ou significação, mas a um espaço de dizeres que condicionam sua existência de fora para dentro, como uma realidade pré-existente e supraindividual. Logo, tratar sobre sujeito abre uma via de acesso para um conceito que, como colocam Grillo e Veloso (2007, p. 235), é nodal por permitir observar, nas acepções materialista e dialógica do discurso, a distância na aparente proximidade.

Segundo as autoras, as relações dialógicas propostas por Bakhtin influenciaram a reflexão posterior de Maingueneau sobre o interdiscurso, o qual “compreende a relação constitutiva entre formações discursivas, no sentido de que o que é rejeitado como externo delinea as fronteiras do que é afirmado como interno” [...] (p. 247). Acerca desse conceito, são elucidativas as palavras de Pêcheux (1995, 173): “aquilo que eu digo não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer”, ou, ainda, “não há fronteira ou solução de continuidade ‘no interior’ de uma formação discursiva, de modo que o acesso ao ‘não-dito’ como ‘dito de outro modo’ (aceito ou rejeitado) permanece constitutivamente aberto.” Essa última afirmação é trazida pelo autor para explicar o denominado esquecimento nº 1, responsável pela não consciência do sujeito de seu pertencimento a uma dada formação discursiva.

Em paralelo, o esquecimento nº 2 diz respeito exatamente ao espaço do agir desse sujeito inscrito em uma formação discursiva, pelo qual ele exerce a sua liberdade imaginária. Tais processos do inconsciente têm aqui especial relevância por serem não apenas estruturantes, mas necessários, posto que, conforme Pêcheux (1995, p. 163), “o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina”. Anteriormente, o autor reconhece o “paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência” (p. 154). Isso porque, com uma construção cujo verbo está no presente a indicar um evento que é frequente, logo não pré-fixado no tempo (tem sucessivos inícios), a máxima de que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia [...]” entra em confronto com a interpretação simultaneamente sustentada de que, na realidade, não há um estágio em que o indivíduo *já* não apareça como constituído em sujeito.

Tratando de ideologias teóricas e ideologias práticas, ligadas, respectivamente, à forma-sujeito da ciência e à forma-sujeito simples, Henry (2013) afirma que esta última “faz da individualidade orgânica o suporte do sujeito, do indivíduo um sujeito por natureza” (p. 132), e, logo, identifica um a outro. A propósito disso, discorre, em contraponto, sobre a noção de sujeito coletivo, mostrando-a como categoria específica das formações ideológicas e políticas do movimento operário, no interior das quais as posições de classe estão representadas. O autor ainda vincula a forma-sujeito sujeito coletivo a uma compreensão específica de ideologia – aquela que considera os conceitos de “classes” e “luta de classes” – e toma, logo a seguir, esse exemplo de entendimento do conceito para tecer um comentário interessante sobre sujeito e sentido:

Enunciar que a apropriação do conceito, isto é, a formulação de uma noção que cai no âmbito desse conceito, implica uma noção de forma-sujeito equivale a fazer do sentido um efeito ao mesmo tempo ideológico e subjetivo. Considerar assim o sentido implica que ele não pode estar relacionado com a forma-sujeito ‘indivíduo-sujeito’, ser procurado nas palavras, no texto ou no discurso de um indivíduo, mas na relação desse texto, dessas palavras, desse discurso individual com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo, essas relações com outros textos, outras palavras, outros discursos individuais nos quais esse sentido se constitui como efeito não se dão com quaisquer textos, quaisquer discursos individuais ou quaisquer palavras. São justamente aquelas que podem ser relacionadas com uma mesma forma-sujeito sujeito coletivo, cujas condições materiais de existência será preciso definir. (Henry, 2013, p. 135).

Nesse sentido, se o sujeito é efeito da interpelação ideológica, o mesmo pode ser dito de sua liberdade, da objetividade e literalidade dos sentidos e do real. Assumir o sujeito como efeito é também assumir o equívoco como ordem da língua e do discurso, o que leva a considerar a sua identidade não como um fato pronto e estável mas sim incompleto, sendo preferível, portanto, falar em momentos de identificação (GRIGOLETTO; PIVETTA, 2011). Do mesmo modo, ao colocar o sentido fora do terreno individual, Henry (2013) reforça a necessidade da relação intersubjetiva, em cujo rastro está o funcionamento da ideologia (geradora do sujeito), para a própria existência do discurso, que por definição corresponde a efeito de sentidos *entre locutores* (PÊCHEUX, 2019).

Como inicialmente posto, Henry (2013) observa que a AD em questão não nega a existência do indivíduo no mundo, mas sim a sua presença enquanto tal no discurso. Sendo a linguagem entendida como materialidade simbólica, o sujeito (para considerar o “sempre-já”) é pensado não como realidade primeira de sua constituição, como causa de si, autor ou fonte dos sentidos. Do ponto de vista social, é antes um reflexo ou representação de um processo discursivo que cria lugares de onde se acessa e interpreta as práticas de outros sujeitos, as quais tornam-se, para ele e junto com ele, naturalizadas e não questionáveis.

Junto à ideologia, o inconsciente atua como elemento invisível (“submerso”) da formulação, como o Outro cuja presença é fortalecida pela ausência, pela não localização (des-coberta) no discurso do eu. Ao fincar suas raízes também na psicanálise, a concepção de sujeito em apreço destitui a centralidade de tal elemento não apenas ao enfocar a sua dependência ao complexo das relações sociais, mas também o que Henry (2013) considera erro central da psicologia:

A sede do pensamento não está mais na cabeça do que o sentido está nas palavras, mesmo se as palavras têm alguma coisa a ver com o sentido, como a organização cerebral com o pensamento. De uma certa maneira, pode-se dizer que a psicologia só faz retomar para ela a função de não conhecimento do imaginário do homem, que é não conhecimento do real do desejo inconsciente, como também do real em geral, pelo fato do efeito (des) realizante e de des (locação) devido à irrupção necessária do simbólico. (p. 162)

Mais especificamente acerca da relação entre linguagem e inconsciente, ou melhor, do papel do inconsciente na composição do discurso que o autor tem chamado de individual, lê-se:

Quanto àquilo que articula o já dito ou o já escutado de toda fala ou de todo enunciado, não é exatamente a sintaxe, tem raiz no inconsciente, não no sujeito. Para ser exato, não há propriamente processo imaginário. Tudo que se passa no registro do imaginário é assujeitado ao inconsciente. No indivíduo, isso pensa fora dele. Ele é apenas o suporte de um sujeito do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que ele só pode conhecer através de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso. Pois o sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo. Ele está dividido como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho e de testemunha deste [...]. Ele está dividido como aquele que cometeu um lapso: não é ele que o fez, é sua língua que bifurcou etc. Mas é preciso o sonho, o lapso, a conduta ímpar, a neurose ou a psicose para que apareça. Fora disso eu me penso espontaneamente como origem dos meus pensamentos, dos meus atos e das minhas palavras. (p. 163)

De volta à obra *Semântica e Discurso*, sabe-se que a noção de identificação é tomada em um sentido particular, no contexto de “relação de desdobramento entre sujeito da enunciação e sujeito universal” (p. 215), que é a forma-sujeito. Quando esses dois elementos se encontram superpostos em uma formação discursiva, diz-se que há o bom sujeito e a identificação plena. Quando há alguma forma de distanciamento entre eles, pelos sentidos tornarem-se outros em relação aos previstos pela forma-sujeito, há o mau sujeito e a contra-identificação. Assim, o efeito-sujeito produzido na primeira modalidade, operadora da unicidade imaginária da forma-sujeito, é substituído por um sujeito que se identifica apenas parcialmente, processo que termina por introduzir a diferença e a divergência também no âmbito da formação discursiva (INDURSKY, 2008).

Na terceira e última modalidade, a da desidentificação, o sujeito sai do domínio de uma formação discursiva para inscrever-se no espaço de outra, em razão de um “desarranjo-rearranjo do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 2017). À vista disso, se é um ponto de acordo, legitimamente sustentado, que o sujeito da vertente materialista do discurso tem sua existência regida sob a ilusão ideológica de liberdade, ilusão reforçada pelo disfarce (também produto ideológico) de autonomia, deve ser também compreendida a falha desse ritual, em que agem os sujeitos da identificação. Isso porque a

interpelação não significa o aprisionamento a um único lugar – assim como há reprodução, há contradição, isto é, ambiguidade e equívoco, os quais não constituem de modo algum um defeito desse processo.

A princípio, “assujeitamento” e “liberdade” não constituem realidades dicotômicas, mas sim engrenagens complementares de uma mesma peça. Isso porque, na AD materialista, o sujeito, para ser feliz em seus atos, “deve ‘agir segundo suas ideias’, portanto deve inscrever nos atos de sua prática material suas próprias ideias de sujeito livre.” (ALTHUSSER, 1999, p. 207). Isso equivale a dizer que o sujeito não age sob o peso de uma condenação, de maneira a pecar contra sua própria consciência. Ele se move plenamente “cheio de si”, mas na medida de uma autoconsciência assentada nas certezas-evidências produzidas pela interpelação ideológica, que, logo, perpetua-se como um processo eterno, pois insuspeitável. Assim, o sujeito assujeitado é o mesmo que, interiormente para sua consciência, é livre. Althusser (1999) chama essa condição de efeito ideológico elementar.

De maneira distinta, pode-se falar na ideia de liberdade do sujeito no tratante aos movimentos de desidentificação em relação à forma-sujeito, os quais, conforme Indursky (2008), sinalizam para uma brecha que evoca um certo grau de autonomia dessa figura. Contudo, essa liberdade nem mesmo ainda funciona *per si*, pois a ideologia permanece sendo o ponto de partida, e a forma-sujeito, o efeito (PÊCHEUX, 1995). O trecho a seguir de *O Discurso: estrutura ou acontecimento* apreende bem a relação entre liberdade e assujeitamento:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, *todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes)* de deslocamento no seu espaço: não há uma identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto de identificação (PÊCHEUX, 2008, p. 56-57, grifos nossos).

Logo, tal “possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” nega a existência da ideologia como uma máquina de formar posições-sujeito sempre idênticas, quando, na realidade, sendo sempre já sujeito (e, portanto, sofrendo sempre inúmeros processos de interpelação), o indivíduo está também continuamente promovendo deslizos nesse sistema não autômato. É nesse sentido de mudança que Althusser (1999) trata das ideologias secundárias, que qualifica como “produzidas” pelas práticas situadas no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) – conjuntos de instituições distintas e especializadas que realizam uma dada ideologia.

O autor explica que o termo “produzidas” corresponde a um modo de expressão, não correspondente à crença em uma prática capaz de produzir sua própria ideologia (ideologia espontânea), mas sim em uma ideologia produzida por causas complexas nas quais se vê, ao lado dessa mesma prática, “o efeito de outras ideologias exteriores, de outras práticas exteriores – e, em última instância, por mais dissimulados que se encontrem, os efeitos mesmo longínquos, na realidade, muito próximos, da *luta de classes*.” (ALTHUSSER, 1999, p. 110). O filósofo também afirma que, sem a possibilidade de o sujeito agir diferente em relação aos rituais inscritos em um dado aparelho ideológico material, nunca seria possível a revolta nem a tomada de consciência revolucionária.

No campo teórico da AD materialista, tal condição de novidade do discurso intervém sob a figura do poético, que logicamente não se limita aqui à dimensão estética. A questão coloca em causa o jogo da/com/sobre a língua, responsável pelos efeitos de sentido que dizem do sujeito e até mesmo do seu suposto apagamento nos discursos em que se nota o efeito de objetividade. Esse efeito pode ser colocado, conforme a discussão empreendida, como um dos atributos por excelência da ideologia, que se mostra no discurso precisamente pela auto-negação de seu caráter ideológico.

Assim expõe Althusser (1999) explicando que apenas no domínio científico é possível alguém afirmar que está ou esteve na ideologia, pois, de acordo com o autor, esse tipo de conhecimento rompe com a ideologia, não possuindo, conseqüentemente, sujeito. Desse modo, o sujeito é sujeito quando, expressa ou tacitamente, diz de si mesmo algo como “nunca estou na ideologia.” O pensador brilhantemente combina tais ideias na máxima “a ideologia *não existe fora* (dela),

mas ao mesmo tempo *que não existe senão fora* (na ciência e na realidade).” (ALTHUSSER, 1999, p. 213, grifos do autor).

3 Ser entre outros: o sujeito constituído e constituinte do diálogo

Apesar de não ser possível atribuir aos escritos produzidos por Bakhtin a criação de uma teoria sistematizada do discurso, é possível encontrar, já na última fase de sua produção e a partir do corte com a linguística formal saussuriana, a preocupação em definir uma nova disciplina e um novo objeto. A Metalinguística e as relações dialógicas surgem, então, como resultado de um projeto que de modo algum restringiu-se a um único ponto da obra do autor. Assim defende Grillo (2006), ao mostrar que a explicitação dessa disciplina nos textos das décadas de 1950, 1960 e 1970 representa uma síntese dos trabalhos iniciados nos anos 1920, não apenas de Bakhtin, mas também de Medvedev e Volochinov, integrantes de seu grupo. Semelhantemente, a autora aponta que o diálogo é a noção de base de todas as categorias desenvolvidas desde esse primeiro período.

Tal aspecto implica, de partida, uma observação sobre que tipo de presença está por trás do enunciado, unidade da comunicação verbal, que manifesta essa interação. Grillo (2006, p. 122), em resposta, fala sobre “sujeitos concretos, integrais, responsivos, inconclusos e inacabados, os quais só podem ser compreendidos por meio do diálogo e não explicados como na relação pessoa e objeto”, concluindo que “as relações dialógicas são, portanto, relações pessoais”. Se o diálogo é a primeira via para conhecer o sujeito, o sujeito não pode acessar uma realidade que já não esteja recortada pela avaliação do outro, do que decorre uma relação sempre indireta com os objetos do mundo. Supondo-se mesmo que tal coisa fosse possível, o sujeito não haveria de existir, pois é produto desse encontro, o qual não ocorre apenas quando o outro está realizado na situação comunicativa:

Toda enunciação monológica, como o próprio ato da escrita individual, é constituinte da comunicação verbal; assim, toda enunciação, mesmo a escrita, é uma resposta apreciativa a algo, ainda que a atividade

mental oscile entre a atividade mental do eu e a atividade mental do nós. Vale reforçar que não se encontram as raízes da enunciação de um sujeito limitadas ao organismo individual singular, já que a própria tomada de consciência sobre si mesmo se dá sob determinada norma social, o que Bakhtin (2012) denomina socialização de si mesmo e do seu eu. Todo texto (entendido aqui como enunciado concreto) é dependente do locutor e do receptor (mesmo que virtual) – é dependente do auditório da enunciação –, da situação (considerados o espaço e o tempo ou, em outras palavras, o cronotopo) e das vozes que o atravessam, como enunciados de outros (como fenômeno de dialogia/relações dialógicas) (RODRIGUES; RANGEL, 2015, p. 1125)

Nesse excerto estão já dispostas as duas linhas fundamentais para se observar a influência das relações dialógicas na composição do dizer do sujeito. Todo enunciado, por mais original que pareça, não provém do vazio – é uma resposta. Essa resposta, por sua vez, é a resposta de *alguém*, de uma voz cuja singularidade não se dissolve no simpósio universal, e que, assim, reelabora os sentidos traduzidos nos acentos apreciativos alheios para formar a sua própria apreciação. Por essa causa, Volóchinov (2017), ao mesmo tempo que fala em reflexo, fala em refração para afirmar que o signo ideológico (a palavra por excelência) não apenas integra uma dada realidade, mas também projeta uma outra, podendo, por exemplo, distorcê-la ou ser-lhe fiel. Assim, o enunciado é, de um lado, pré-configurado socialmente para repetição de certos modos de enunciar, de colocar-se no mundo (do que são exemplos os gêneros do discurso), e, de outro, portador de uma dimensão individual, que o faz ser diferente e possuir uma expressividade única. Sobral (2009, p. 52) explica isso ao apontar o sujeito como mediador da ligação entre o individual e o social no ato de sua avaliação responsável:

cada sujeito realiza o “mesmo” de “outra” maneira, de uma maneira sua, sem que com isso deixe de se alterar no contato com o outro e sem que os atos únicos que realiza sejam tão diferentes que não tenham elementos em comum com outros atos a ponto de não ser reconhecidos como atos do universo de atos possíveis e compreensíveis.

A noção de ato, bem como a de avaliação responsável implicada, está ligada à filosofia moral ou antropologia filosófica bakhtiniana. Bakhtin (2020) fala do ser-evento, do ator único cuja singularidade é tanto dada como um fato quanto como uma obrigação a realizar – ser e dever. Nesse sentido, o ato responsável é definido como “ato baseado no reconhecimento desta obrigação

singularidade” (p. 99), que o autor resume na expressão “não-álibi no existir”. Dessa forma, enfatiza-se o sujeito como um agente, que deve assumir o seu lugar, não preenchido pelo outro:

Eu, como único eu, não posso nem sequer por um momento não ser participante da vida real, inevitável e necessariamente [*nuditel'no*] singular; eu preciso ter um dever meu [*dolzhenstvovanie*]; em relação ao todo, seja o que for e em que condição me seja dada, eu preciso agir a partir do meu lugar único, mesmo que se trate de um agir apenas interiormente. A minha singularidade, como necessária não coincidência com tudo o que não seja eu, torna sempre possível o meu ato como singular e insubstituível em relação a tudo o que não sou eu. (BAKHTIN, 2020, p. 98, grifos do autor)

Inserido nesse quadro teórico, o sujeito dialógico aparece, de fato, como único, insubstituível e idêntico (coincidente) a si mesmo, não na condição de evidência produzida pela linguagem, como entendia Pêcheux (1995), mas como componente do existir-evento que guarda com outros mundos concreto-individuais momentos comuns. Trocando em miúdos, Bakhtin (2020, p. 114) afirma que a filosofia moral deve descrever a arquitetônica do mundo real do ato, não como “um esquema abstrato”, mas como “os momentos concretos fundamentais da sua construção e da sua disposição recíproca”, os quais são, segundo o autor

[...] eu-para-mim, outro-para-mim e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos (incluídos também os éticos e sociais) e, finalmente, religiosos. Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro.

Esse é, na concepção bakhtiniana, o próprio *modus operandi* do ser no mundo. É de destacar que, a despeito da focalização, na obra citada, do eu e de seu agir, a natureza dessa posição é concebida em face a de uma outra (não circunscrita a um só lugar), em relação a qual somente esse sujeito pode ser único, insubstituível, não coincidente. A propósito, Sobral (2009) discute que, para o Círculo, a interação com outros sujeitos em situações sociais e históricas concretas é condição para que o sujeito biológico passe a sujeito humano. Nesse

mesmo contexto, tece uma observação que vai de encontro à ideia inadequada – denunciada em momento anterior do texto – de que o Círculo só vê o social:

Nessa descrição da condição social do sujeito, não há as limitações de concepções do sujeito como ser isolado, em seu agir, dos outros sujeitos e da sociedade, nem as limitações de concepções do sujeito que o tornam “ausente”, substituindo-o pelas determinações sociais. [...] se o sujeito deixa de ser o “centro” (cartesiano) do processo de produção de sentido, em contrapartida ele é resgatado do despotismo de um todo social onipotente que lhe retiraria toda possibilidade de ação individual, ação que é vital para a sua interação, e não só discursiva (p. 53).

Consequentemente, a teoria dialógica da linguagem reconhece o lugar do sujeito na criação do enunciado, não anulando a sua singularidade quando afirma a sua constituição social. Esse pensamento permite ressignificar o conceito de individual, pois o *eu* é entendido apenas sobre a base do *nós*, e este dá sentido àquele. Segundo Volóchinov (2017), a atividade mental do sujeito, mesmo ainda sob a forma de discurso interior, está perpassada pelo outro, na medida em que já está submetida à orientação social da sua expressão potencial, isto é, a consciência individual é exteriormente determinada. Logo, excluindo-se o fator natural (biológico), não há para essa consciência um momento anterior ao diálogo, uma vez que ela é um fato sócio-ideológico.

O sentido não foge a tal regra, uma vez que “aparece sempre como produzido no diálogo, ou, em outros termos, a relação dialógica é uma relação semântica” (GRILLO, 2006, p. 122). Volóchinov (2017) compara a significação com uma faísca elétrica, só produzida no contato de dois polos opostos. Isso equivale a dizer que uma palavra só pode ser entendida à contraluz de outra, no contexto de sua compreensão, que é já uma resposta. Fora disso, ela estará fatalmente presa à qualidade de sinal, veiculando um valor sempre idêntico a si mesmo. O autor chama, então, de tema o sentido particular que o enunciado assume numa situação determinada, quando indivíduos socialmente organizados mobilizam a significação potencial da palavra em uma enunciação concreta.

Nota-se que precisamente aqui sujeito e sentido se recobrem tanto na condição de produtos quanto de processos do diálogo. O sentido, tomado como tema do enunciado, compreende não o que pode reproduzir-se como elemento estável comum aos eventos comunicativos, mas o índice marcador de uma

diferença, que é o valor contextual da palavra acessado apenas no contexto de um ato de compreensão ativa e responsiva. Opondo-se à significação, que é da ordem do pré-determinado, do fixo no tempo, o tema constitui o evêntico, e, por conseguinte, o que está sempre por fazer-se nas situações de uso concreto da língua. O tema corresponde, portanto, à passagem da virtualidade da língua para a atualidade do enunciado, onde as possibilidades de significar anteriores, ligadas à face normativa do código, concretizam-se agora de maneira particular e determinada.

Por sua vez, o sujeito representa um processo enquanto entidade discursiva. Ao mesmo tempo em que fala do sujeito empírico, a ADD considera o domínio específico do sujeito de discurso. Quanto a essa dupla realidade, Sobral (2009, p. 55) afirma que o sujeito (o falante) tem diante de si a tarefa de conciliar o paradoxo de “ser mais o portador da palavra de uma imagem de si mesmo do que ele mesmo empiricamente presente”, embora não deixe em nenhum momento de ser um sujeito concreto. Assim, em seus próprios termos, a vertente dialógica do discurso advoga também a inconclusibilidade de tal elemento, considerando a não sobreposição do empírico pelo discursivo (que é, antes, a não sobreposição entre linguagem e mundo) e a consequente impossibilidade de reduzir esse sujeito a uma mesma e única posição. Não há um fim em vista, real ou esperado, para a interconstituição dos seres: o sujeito dialógico está fadado a um eterno vir a ser/ tornar-se a cada novo momento de interação. Nesse seu processo, reitera-se, ele “não age sozinho, mas não deixa de ser ele mesmo, nas várias ‘posições-sujeito’, nos diferentes papéis que assume diante de diferentes interlocutores” (SOBRAL, 2009, p. 56).

4 Interlocuções entre as Análises de Discurso

Tendo-se apresentado até aqui as perspectivas materialista e dialógica de maneira paralela, cabe agora tomá-las simultaneamente em contraponto a partir do que nelas se desenvolve sobre a relação entre consciência e realidade, e o papel da linguagem nesse meio. Para tanto, deve-se recuperar brevemente alguns

postulados das duas teorias. Primeiramente, pode-se observar a singularidade da orientação marxista em cada caso pelo viés do funcionamento da ideologia.

Ao lado da sua tese sobre a realização da ideologia pelo sujeito e para sujeitos, Althusser (1999, p. 208) postula que as ideias ou representações componentes da ideologia têm uma existência material. De modo mais específico, elas são “seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material do qual dependem (como por acaso!) as idéias desse sujeito.” Nesse contexto, o autor elenca diferentes formas (materialidades) de manifestação dessa ideologia, dentre elas o discurso verbal externo e interno (a consciência).

Como Silva (2009) aponta, Althusser, em sua releitura da teoria marxista, não estava centrado na relação entre o linguístico e o ideológico, o que acreditamos talvez justificar o fato de ter deixado pendente a teorização sobre as diferenças entre as modalidades ideológicas acima referidas. Diferentemente, ainda conforme Silva (2009), Bakhtin buscava o entrelaçamento entre a filosofia da linguagem e o marxismo, e, por outro lado, também acreditava na existência material da ideologia, desta vez por meio da noção de signo. Com esse último conceito, o autor russo reúne em um só lugar o semiótico e o ideológico, o que marca novamente a distinção de seu pensamento quanto à vertente materialista. Silva (2009) mostra que, tanto aqui como lá, a ideologia se concretiza no discurso, mas, na AD materialista, a emergência das noções de formação ideológica e formação discursiva na reelaboração pecheutiana das teses de Althusser faz com que ideologia e discurso não se confundam, diferentemente do que ocorre na AD Dialógica.

Tchougounnikov (2015, p. 12) segue em semelhante direção quando relaciona o marxismo oficial ao de Volóchinov em MFL. O autor afirma que as duas propostas se aproximam na percepção da consciência com seu suporte linguístico como propriedade da matéria altamente organizada, e assim “a organização da matéria condiciona o aparecimento da consciência”. Em contrapartida, a visão marxista oficial não adotou o radicalismo de Volóchinov quanto à definição de linguagem em termos de superestrutura. Assim, conforme Tchougounnikov (2015), o marxismo oficial vê a linguagem como consciência

prática real, e, assim, reflexo passivo da infraestrutura, desconsiderando o efeito inverso da superestrutura sobre a consciência produzida.

A teoria dialógica lida com um sujeito consciente de suas escolhas, uma consciência não efeito, nem ilusória. Em outra direção, como vimos, a interpelação ideológica da teoria materialista produz a “evidência do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo” (PECHÊUX, 1995, p. 155). Assim, não há como tal sujeito reconhecer-se de outra forma – ele se reconhecerá sempre como *eu* no momento de referir-se a si mesmo. Pechêux (1995) busca compreender a ilusão pela qual os indivíduos sempre já sujeitos se “prontificavam” a ser sujeitos, ou seja, “de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto ‘sujeitos-falantes’” (p. 157). Tal objetivo leva-lhe a teorizar sobre a noção de forma-sujeito e, posteriormente, o seu desdobramento sob a forma de posições.

Nesse contexto, o autor aponta o idealismo como exemplo do funcionamento espontâneo da forma-sujeito, por meio do qual o real e seu efeito representado por um sujeito se confundem. Em momento posterior, apresenta, como extensão desse idealismo, a atividade criadora, com a seguinte explicação:

A partir do momento em que “o ponto de vista cria o objeto”, toda noção e, do mesmo modo, todo conceito aparecem como ficções cômodas, “maneiras de falar”, que põem em dúvida, ao se multiplicam os seres fictícios e os mundos possíveis, *a existência independente do real como exterior ao sujeito*. [...] A relação pela qual a “realidade” se torna dependente do “pensamento” é justamente a marca do idealismo, tal como o descreve Lênin em *Materialismo e Empiriocriticismo*, e para o qual se apaga a distinção entre pensar e imaginar (PÊCHEUX, 1995, p. 169-170, grifos do autor).

Na sequência, afirma que as noções “asserção” e “enunciação” são usadas justamente para designar os atos de tomada de posição do sujeito pela linguagem, os quais, conforme o autor, são sintomáticos do desconhecimento da determinação do sujeito no discurso. Pêcheux (1995) entende essa tomada de posição como consequência do retorno do Sujeito no sujeito, o que o autor formula antes como “todo sujeito é assujeitado no universal como singular ‘insubstituível’” (p. 171). Logo, o filósofo atribui tal consciência do sujeito de ser uma única e mesma unidade e de ser autor plenamente responsável por seu dizer

à existência do inconsciente. A propósito dessa relação do sujeito com a linguagem, Henry (2013, p. 169-170) traz uma consideração interessante, quando distingue o ideal do eu do eu ideal:

[...] o ideal do eu representa a face inconsciente do imaginário, sua face invisível, e ao mesmo tempo aquilo que comanda – pelo viés do simbólico – a relação com o outro [...]. O eu-ideal, ao contrário, é a face visível do imaginário, aquela em que o sujeito é identificado aos seus objetos e a ele mesmo como objeto, a despeito da inadequação do imaginário ao objeto. O indivíduo, pelo sujeito que o habita e o ultrapassa, torna-se aí causa de si, “autor” [...]. No nível do eu-ideal, o Outro parece abolido, o outro é sempre um outro, isto é, um objeto ou um indivíduo. Mas justamente o Outro, o inconsciente, continua aí, mesmo se não é visível enquanto tal. Quanto mais é invisível, mais ele se faz presente, à espera de ser realizado. Ele insiste e impõe sua lei em toda atividade individual.

Assim é traçado o caminho pelo qual a teoria materialista do discurso situa fora do sujeito as causas de seu agir, afastando-se de qualquer forma de obrigação ontológica, centrada no sujeito da existência concreta, do real empírico. Antes de dizer, o sujeito é dito, e as marcas de sua dominação estão inscritas na mesma linguagem que sonha dominar. O sujeito é uma função do próprio discurso, produzido, em relação a uma ou mais formações discursivas, representantes das formações ideológicas, como lugar, posição ou mesmo relação, dentre outros possíveis e, de certa maneira, previstos. Ao mesmo tempo, a intervenção do inconsciente vem reforçar o estranhamento do sujeito contra a ideia de não ser ele mesmo o detentor dos sentidos e a força-motriz do seu dizer, uma vez que a sua constituição psíquica só lhe faculta imaginar-se dessa forma. Paradoxalmente e sempre em efeito, o sujeito, não sabendo que não o é em si mesmo, acha mais condições para procurar sê-lo. É assim que ele funciona e se encontra quando se imagina criando algo, tomando uma posição ou comprometendo-se com decisões, para citar algumas imagens de sua suposta autossuficiência.

Em contrapartida, a filosofia moral bakhtiniana parece situar-se justamente ao lado do pensamento idealista refratado por Pêcheux, pois propõe a superação da tendência racionalista que divide a cultura e a vida em dois mundos incomunicáveis (Bakhtin fala do ato cindido entre um conteúdo de sentido objetivo e um processo subjetivo de realização). Como proposta integrativa, Bakhtin concebe o ato responsável como ato de uma consciência

participante, que exerce a sua singularidade, configurando o existir-evento real – espaço onde o sujeito realmente age. Segundo o autor,

O mundo teórico se obtém por uma abstração que não leva em conta o fato da minha existência singular e do sentido moral deste fato [...] O realismo ingênuo é próximo da verdade, na medida em que ele não constrói teorias, e a sua prática poderia ser assim formulada: vivemos e agimos no mundo real, mas o mundo de nosso pensamento é o seu reflexo, dotado de valor técnico. O mundo real se reflete somente por meio do pensamento, mas ele, por seu turno, não se pensa no seu existir, isto é, cada um de nós, com todos seus próprios pensamentos e seus conteúdos, somos nele, e é nele que nós vivemos e morremos. Um tal relacionamento recíproco entre pensamento e realidade é muito próximo da verdade. (BAKHTIN, 2020, p. 52 e 54)

O “mundo do pensamento” diz respeito aqui às ideias prontas, às leis constantes, precisamente o mundo do qual o sujeito é excluído, a que Bakhtin frontalmente se opõe. O “valor técnico” desse mundo se justifica, pois a construção teórica é alheia à consciência viva e que age, funcionando em relação a ela como uma transcrição *post factum*. Semelhantemente, em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (1997, p. 144) fala que “o ponto de vista abstrato-cognitivo ignora os valores”, uma vez que, como prossegue o autor, não é possível que a existência não se instaure desde o princípio para o sujeito a partir de sua posição singular, de *eu* para quem todos os demais são arquitetonicamente *outros*. Portanto, nessa obra ressoa, em termos bastante próximos, o que o autor sustenta em *Para uma filosofia do ato responsável*: a impossibilidade de acessar qualquer dado da existência de maneira neutra.

Em ambos os trabalhos o autor utiliza-se da metáfora da luz para explicar o modo como o ato se apresenta para o próprio sujeito, isto é, como fato objetivo ou como expressão de uma visão particular. Na primeira obra referida, lê-se que “o sentido do acontecimento em processo de realização só pode aclarar-se a partir do lugar que sou o único a ocupar, e quanto mais forte for a tensão que me implanta nele, maior, sempre maior será a clareza” (BAKHTIN, 1997, p. 144). Na segunda, é dito que “somente assumido do exterior como fato fisiológico, biológico e psicológico, pode o ato se apresentar como primordial e obscuro, como tudo o que é abstrato; mas do interior do ato aquele que age responsavelmente conhece uma luz clara e distinta, na qual se orienta.” (BAKHTIN, 2020, p. 82). De tal exposto entende-se que não há, na unidade desse

ato, um momento anterior ao sujeito. Esse é, por definição, um participante obrigatório chamado a duplamente *reconhecer* e *realizar* a sua singularidade.

Como prova, Bakhtin (2020) fala do existir-evento como o mundo do ato responsável, em que nenhum objeto ou relação se dá de maneira pronta, mas como algo a ser feito e alcançado. Isso porque, para o autor, não há como vivenciar o conteúdo-sentido (o conteúdo objetivo) sem incorporá-lo à unidade do evento de que o eu participa. Logo, não se pode apreendê-lo como uma dádiva pura, pois, no ato verbal, tal conteúdo é revestido de um tom emotivo-volitivo, por entrar em uma relação afetiva com o sujeito que o experiencia:

Nenhum conteúdo seria realizado, nenhum pensamento seria realmente pensado, se não se estabelecesse um vínculo essencial entre o conteúdo e o seu tom emotivo-volitivo, isto é, o seu valor realmente afirmado por aquele que pensa. Viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva [...]. A experiência real de um vivido possível é precisamente a sua inserção, a sua colocação em comunhão com o existir-evento singular. A verdade em si deve tornar-se verdade para mim. (BAKHTIN, 2020, p. 87).

Pelos termos acima colocados, observa-se que agora já não há mais um sujeito de consciência dividida. O sujeito não é depósito ou veículo das impressões de uma segunda voz para o qual é surdo. Do contrário, ele age do interior de sua vida real unitária e singular por meio de uma disposição ativamente responsável em relação a um conteúdo, que é incorporado a esse existir-evento irrepetível. Além disso, ao enfatizar a necessidade de o sujeito reconhecer-se e afirmar-se como eu singularmente participante do existir, derivando mesmo daí a singularidade desse (dada sempre na ação), Bakhtin (2020) coloca-se na via oposta do entendimento da AD materialista no tocante à visão do funcionamento do sujeito discursivo por esquecimentos. Nesse último campo teórico, por não haver momento em que o sujeito não se compreenda já como evidência de si e dos sentidos (sujeito interpelado pela ideologia e sujeito inconsciente), ele perdura nessa condição (ao tornar-se sempre e a cada vez esse sujeito), a qual passa a ser assim inquestionável. Tal é a força de seu assujeitamento para Pêcheux.

5 Uma chegada, novos pontos de partida

Este trabalho investigou a compreensão da autonomia do sujeito na relação com a linguagem pelas vertentes dialógicas e materialista do discurso. Nesse trajeto, realizou tanto separadamente quanto em conjunto a discussão sobre algumas teses centrais de cada núcleo teórico, tendo sido possível delinear as suas particularidades entre si sobretudo relativas à concepção de sujeito adotada e a relação desse com o sentido.

Dessa maneira, viu-se que a AD materialista propõe um sujeito duplamente afetado pela ideologia e pelo inconsciente e que, portanto, comporta-se como um efeito de tais estruturas, não como causa de si. O sujeito não age em plena liberdade nem constitui um evento totalmente singular ou original, pois a produção do seu dizer é orientada pelo lugar que ambos, sujeito e sentido, ocupam numa formação discursiva. Em outras palavras, não há para o sujeito a opção de situar-se fora dos domínios da ideologia e do inconsciente. Consequentemente, o discurso não é transparente – a sua substância está no simbólico (inconsciente estruturado em linguagem), espaço marcado por falhas e faltas – nem tampouco evidente, pois há sempre outras formas possíveis de dizer o mesmo, bem como outros sentidos e outras posições-sujeito. Por outro lado, também observou-se que a possibilidade do sujeito da enunciação (discursivo) desidentificar-se em relação ao sujeito universal indica uma certa medida de liberdade, com o sujeito deslocando-se de uma formação discursiva para outra.

Quanto à ADD, verificou-se a existência do sujeito concreto, dado na tensão entre o eu empírico e o eu discursivo, uma vez que, segundo tal perspectiva, o enunciado nasce de uma situação real, a qual envolve necessariamente os participantes históricos. A posição que o sujeito assume perante o dizer está ligada, como o elo de uma cadeia, à posição de outros sujeitos já realizadas e por vir, no entanto tal posição não é determinada pelo social de modo fatídico. O sujeito ao enunciar encontra sempre uma realidade já valorada pelo outro, mas é justamente isso que o leva a reagir a ela, imprimindo ali, por seu turno, uma valoração. Tal valoração pode ser feita de maneira mais ou menos consciente; de toda forma, é a própria condição de existência do enunciado e a prova viva de que o diálogo não significa o apagamento da individualidade. Ainda,

é somente integrado a um tom emotivo-volitivo que o real existe para o sujeito e passa a compor o seu existir-evento singular.

Logo, este trabalho deixa uma contribuição às pesquisas interessadas no exame do papel do sujeito na elaboração de seu dizer. A investigação nele desenvolvida aponta a necessidade de mais estudos que semelhantemente abordem o sujeito na interrelação com outras questões igualmente produtivas no domínio da Análise do Discurso. A título de exemplo, podem ser conduzidas pesquisas que expliquem o conceito de social nas distintas correntes desse campo de conhecimento, demonstrando como esse social se apresenta e atua em termos de “preenchimento” ou determinação do sujeito. Acredita-se que dessa forma será possível alcançar uma compreensão mais completa de cada teoria, na medida em que se lança em perspectiva os pressupostos que as diferenciam em suas semelhanças.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 3 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

GRIGOLLETO, Evandra.; PIVETTA, Graziela Taís Baggio. Só ele é assim: uma análise da representação da mulher no discurso publicitário do Campari. *Investigações*, Pernambuco, v. 24, n. 2, p. 35-61, jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1316>. Acesso em: 7 jul. 2023.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. A metalinguística: por uma ciência dialógica da linguagem. *Horizontes*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2006. Disponível em: https://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_08/uploadAddress/Art1%5B6565%5D.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo.; VELOSO, Simone Ribeiro de Ávila. Diálogos entre Maingueneau e o Círculo de Bakhtin. *Filologia e Linguística*

Portuguesa, n. 9, p. 229-250, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.voi9p229-250>.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). *Práticas Discursivas e identitárias. Sujeito & Língua*. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

ORLANDI, Eni. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: I SEAD, 1., 2003, Porto Alegre. *Anais [...]* Porto Alegre : UFRGS , 2003. p. 1-18.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al]. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.

RODRIGUES, J. N.; RANGEL, M. Da linguagem à ideologia: contribuições bakhtinianas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1015-1142, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1115>. Acesso em: 9 fev. 2024.

RODRIGUES, Siane Gois Cavalcante; PEREIRA, Sônia Virginia Martins (Orgs.). *Diálogos em verbetes: noções e conceitos da teoria dialógica da linguagem*. Coletânea Verbetes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 157-180, jan./ abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/4f7VHdXQGSDshCgbkRK53JF/?format=pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. O Círculo de Bakhtin e o Marxismo Soviético: uma “aliança ambivalente”. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.

1-15, mai. 2015. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55601>. Acesso em: 12 jan. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Artigo recebido em 25/08/2023 e aceito em 25/01/2024.